

ESTADO DE SÃO PAULO 19.1.1995

## CONGRESSO

# Políticos aposentados terão reajuste de 233%



Integrantes da CUT protestam contra decisão de parlamentares

Sérgio Amaral/AE

*Aumento a ser repassado a 2.524 pensionistas vai aumentar rombo no Instituto de Previdência dos Congressistas e provocar estouro no Orçamento-Geral da União*

JOÃO DOMINGOS

**B**RASÍLIA — O decreto legislativo que aumentou os salários de deputados e senadores de R\$ 4,08 mil para R\$ 8 mil deverá reajustar as aposentadorias e pensões de ex-parlamentares e viúvas em 233%. Na previsão de parlamentares que acompanham os passos do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), haverá um rombo imediato nas finanças do órgão e estouro no Orçamento-Geral da União na parte que se refere ao IPC.

A partir de fevereiro os parlamentares descontarão 10% do total de seus vencimentos ao IPC, o que somará R\$ 800 por mês. Atualmente, os parlamentares pagam 10% dos subsídios fixos, que são de R\$ 2,4 mil e não sobre o total dos salários, de R\$ 4,08 mil. O parlamentar tem direito à aposentadoria integral quando se afasta da política depois de 30 anos de mandato. Neste caso, receberia R\$ 2,4 mil. A partir de fevereiro, o ex-parlamentar com aposentadoria integral passa a receber R\$ 8 mil.

Têm direito à aposentadoria os

parlamentares que permanecerem pelo menos oito anos no cargo de deputado ou senador. A aposentadoria integral representa um trinta avos. Assim, o parlamentar com oito anos que se aposenta passa a receber oito parcelas de trinta avos, ou seja, R\$ 640. Com vinte anos, o parlamentar recebe de pensão R\$ 1,6 mil.

O Orçamento da União prevê repasse de R\$ 11,7 milhões da Câmara como ajuda para o IPC. A rubrica está com legenda disfarçada: "Contribuição à previdência privada", com esta justificativa: "Proporcionar complementação de aposentadorias e

pensões, contribuindo para a melhoria da força de trabalho". No Senado, a previsão de ajuda ao IPC é de R\$ 3,05 milhões, na rubrica "outras despesas correntes".

O IPC tem 2.524 pensionistas. Destes, 680 são ex-parlamentares, 914 funcionários do Congresso e 930 dependentes. A folha de pagamentos mensal é de R\$ 1,1 milhão. A contribuição mensal dos 584 senadores e deputados soma R\$ 140 mil, causando déficit R\$ 960 mil. O rombo vem sendo coberto com contribuições da União e de funcionários que optam pela aposentadoria complementar do IPC.

**REPASSE DA  
CÂMARA PARA  
O IPC SERÁ DE  
R\$ 11,7 MILHÕES**